



Álvaro Vieira Pinto: consciência, realidade nacional e educação
Álvaro Vieira Pinto: conscience, national reality and education

Silvano Severino Dias¹

Resumo: Há várias abordagens sobre o pensamento de Vieira Pinto relacionadas à educação. Neste estudo foram analisadas as concepções de consciência ingênua, de consciência crítica e de desenvolvimento nacional vinculadas à noção de educação. Para isso, foi estabelecido como eixo diretor, para a nossa análise, a ideia de o projeto de desenvolvimento nacional está intrinsecamente relacionado com o processo educacional. No entanto, não se trata de compreender esse processo como fonte motriz do desenvolvimento, pelo contrário, é o processo de desenvolvimento que exigirá uma concepção de educação. Igualmente, não se pode criar uma proposta de desenvolvimento sem um projeto educacional.

Palavras-chave: Educação; Consciência ingênua; Consciência crítica; Desenvolvimento nacional.

Abstract: There are several approaches to Vieira Pinto's thinking related to education. In this study, the conceptions of naive conscience, critical conscience and national development linked to the notion of education were analyzed. For this, it was established as a guiding axis, for our analysis, the idea that the national development project is intrinsically related to the educational process. However, it is not about understanding this process as a driving source of development, on the contrary, it is the development process that will require a conception of education. Likewise, you cannot create a development proposal without an educational project.

Key Words: Education; Naive conscience; Critical conscience; National development.

¹ Doutorando em Filosofia, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mestre em educação, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Especialista em Filosofia, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Licenciatura Plena em Filosofia, pelas Faculdades Claretianas de Batatais – SP. E-mail: silvanosdias@bol.com.br; Orcid: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2002.41>



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



Considerações iniciais

Há várias abordagens sobre o pensamento de Vieira Pinto, relacionadas à educação. Neste estudo foram analisadas as concepções de consciência ingênua, de consciência crítica e de desenvolvimento nacional, vinculadas à noção de educação. Para isso, foi estabelecido como eixo diretor, para a nossa análise, a ideia de o projeto de desenvolvimento nacional está intrinsecamente relacionado com o processo educacional. No entanto, não se trata de compreender esse processo como fonte motriz do desenvolvimento, pelo contrário, é o processo de desenvolvimento que exigirá uma concepção de educação. Igualmente, não se pode criar uma proposta de desenvolvimento sem um projeto educacional.

Como elementos históricos, cabe ressaltar que o pensamento deste autor traz referências ao período de 1945 a 1964, quando a sociedade brasileira passou por profundas transformações econômicas e sociais internas, tais como: um intenso êxodo rural, e o processo de industrialização do país. E, no cenário geopolítico externo, internacional do pós-guerra, as relações entre os países ditos 'desenvolvidos' e 'subdesenvolvidos' tornaram-se mais intensas diante da exigência de um reposicionamento político e ideológico da guerra fria. Diante disso, os interesses das elites, a agrária tradicional e a industrial nascente, de grupos de intelectuais, de alguns setores da classe média urbana e da ampla maioria dos militares defendiam um projeto de desenvolvimento nacional apoiado nos pressupostos da vocação agrária, da substituição de importações, da criação de empresas públicas estratégicas e da formação de mão de obra técnica como projeto de desenvolvimento nacional. Para esse grupo, o acesso à educação teria a função exclusiva de gerar mão de obra para lidar com os artefatos tecnológicos importados, pois não compreendiam a educação como forma de conceber e de criá-los internamente. Em outras palavras, não compreendiam a educação como fator do desenvolvimento econômico e social.

Álvaro Vieira Pinto, crítico dessa proposta de desenvolvimento nacional, percebia nas reivindicações dos líderes de vários movimentos sociais, a necessidade da criação de um projeto de educação voltado para atender à realidade das massas populares (União Nacional dos Estudantes (UNE), Centros Populares de Cultura (CPCs), Movimento de



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



Educação de Base (MEB), Juventude Operária Católica (JOC), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e outros). A sua proposta de desenvolvimento nacional passava pela necessidade de uma profunda transformação da realidade nacional, o que exigiria um novo modelo de educação. Educação e desenvolvimento nacional impulsionariam as mudanças da situação de subdesenvolvimento, que a sociedade brasileira se encontrava.

Ao ler a realidade brasileira no período de 1956 a 1963, em que permaneceu no Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB), e traduziu os anseios das massas populares em suas obras *Ideologia e desenvolvimento nacional* (1956), *Consciência e realidade nacional – consciência ingênua* (1960), *Consciência e realidade nacional – consciência crítica* (1960), *Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento* (1963), ele percebeu que havia duas compreensões sobre essa realidade; uma elaborada pela consciência ingênua; e a outra, pela consciência crítica. Para esse autor, a noção de consciência ingênua está vinculada ao posicionamento de interesse ideológico das elites brasileiras, assim como dos intelectuais e setores da população que estão ligados a elas, os quais habitavam a realidade nacional, mas a compreendiam a partir dos interesses do capital estrangeiro. Já a noção de consciência crítica tem como referenciais os interesses das massas populares e dos intelectuais ligados a elas. Para Álvaro Vieira Pinto, esse grupo social possuía uma percepção da realidade nacional, ainda de forma fragmentária, no entanto, defendiam os reais interesses de desenvolvimento nacional, ou seja, os de que possibilitariam as transformações necessárias e profundas na condição existencial e social do país.

Em função disso, esse autor elaborou um projeto educacional que deveria ser executado concomitantemente ao projeto de desenvolvimento nacional. Por isso, o pensamento de Álvaro Vieira Pinto permanece atual, por oferecer subsídios para se repensar a realidade brasileira. Em razão disso nos perguntamos: qual a concepção de educação de educação elaborada por Álvaro Vieira Pinto? Como esse autor articula desenvolvimento nacional e desenvolvimento educacional? Para responder a essas perguntas este estudo foi dividido em duas sessões, a saber: a primeira apresenta as noções de consciência crítica, de consciência ingênua e de realidade nacional e, a segunda, as de educação e de ideologia de desenvolvimento nacional.



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



Consciência crítica, consciência ingênua e realidade nacional

Álvaro Vieira Pinto estrutura e fundamenta os conceitos de consciência ingênua e de consciência crítica a partir das relações que estabelecem com a situação socioexistencial em que as pessoas vivem, ou seja, as circunstâncias de subdesenvolvimento em que estava o país. Em outras palavras, a consciência do homem acompanha o processo de formação da consciência da realidade em que ele vive. Isso porque, é nas relações sociais e vivenciais que ele estabelece consigo mesmo e com os outros que ocorre o processo de formação e de transformação da consciência individual e social. Não se trata da criação de uma identidade entre os dados da consciência e da realidade, tampouco da realidade moldados pelos contornos lógicos da consciência.

Para esse autor, a consciência e a realidade estruturam-se e desestruturam-se a partir das relações que as constituem. Por se constituir como processo, essa relação fundamenta-se nas categorias de existencialidade, de objetividade, de contradição, de totalidade, de processo, de intencionalidade, de práxis, de trabalho e de finalidade. Essa relação ocorre no âmbito da imanência da existência humana.

Nesse sentido, ele considera a consciência e o pensar que ela produz como produtos e produtores das condições e determinações que a faz pensar, nos indica-nos que a consciência do homem e a realidade estão em processo e, dessa maneira, concebe a consciência ingênua e a consciência crítica como estando imbricadas à realidade nacional. Para esse autor, é na relação com a realidade que ocorre o processo de formação dos conteúdos representacionais das consciências, e, a partir dos quais são criadas as ideologias e os projetos de transformações da realidade nacional.

Em decorrência disso, a consciência, por um lado, deve ser compreendida como produto e produtora da realidade em que está inserida, e, por outro, como sendo consciência representacional de algo real, portanto, sem ser determinada somente por essa realidade. Dessa maneira, a consciência pode ser pensamento tanto do existente como também, da existência, ao transcender os dados imediatos da realidade para abrangê-los num todo. Além disso, a realidade nacional, ao ser concebida como um processo contínuo, apresenta-se em uma perspectiva de abertura ao novo que há por vir, ou seja, da consciência possível. Isso significa que essa relação entre a realidade e a



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



consciência exige uma tomada de posicionamento frente às circunstâncias que nos envolvem, ou seja, ou concordamos com o modo de pensar vigente da sociedade “*ou criamos para nós mesmos uma interpretação própria*” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 13), fundamentada nos condicionamentos da nossa existência.

Para Vieira Pinto, por um lado, em uma dada sociedade, como a nossa, há diversas modalidades de representações realizadas a partir das várias consciências individuais, que formam a consciência coletiva dessa mesma sociedade. Contudo, a razão de ser tanto da consciência individual, quanto da consciência coletiva só terá legitimidade quando ambas forem consideradas autênticas, ou seja, quando:

...a verdade de sua representação [expressar a] fiel reprodução da existência exterior a elas, é possível não só explicar a razão de ser das diferentes modalidades de representação, justas umas e incorretas outras, mas ainda estatuir critérios para que a legítima oriente a sua intervenção no processo da realidade nacional. (VIEIRA PINTO, 1960, p. 16).

Por outro, Vieira Pinto afirma que a devida diferenciação entre a consciência individual — privada — e a consciência coletiva — pública — processa-se da seguinte maneira: a primeira, a partir do momento em que acredita que a sua percepção acerca da realidade exprime o que qualquer consciência pensa, ela realiza uma construção subjetiva do pensamento social, ao dizer que o seu modo de pensar expressa o modo de pensar da comunidade em que está situada. Ao realizar a transição do pensar individual para o coletivo, essa consciência não se concebe como produto de um modo pessoal de pensar, tampouco, percebe as demais consciências que compõem a consciência coletiva da comunidade. Já a segunda — a consciência coletiva — vista quanto consciência de classe e de grupo, não se fundamenta na transição imediata do individual para o coletivo, mas tem sua referência na vivência individual criada pelos homens particulares, e dessa maneira, ela é tida como representação objetiva da sociedade.

A diferenciação dessas modalidades de consciências não se estabelece por um processo de demarcação, tendo como critério as ideias de consciência esclarecida, por um lado, e de consciência inculta, por outro. Isso porque, para Vieira Pinto, a consciência em graus incultos é sempre autêntica; tampouco essa diferenciação se faz pelo fato de uma consciência ter condições e a outra não de elaborar uma representação da realidade, uma vez que todo o indivíduo se encontra sempre em condições de realizar essa elaboração, ou seja, está condicionado pela circunstância do seu existir. Assim,



PIRES, L. F. R.



percebemos que as categorias da consciência autêntica são originadas, determinadas pelas condições existenciais em que cada indivíduo se encontra. Disso resulta que as formas mais elementares de consciência não são constituídas de um menor raio de julgamento, mas de maior simplificação de apreciação acerca da realidade em que vive.

As representações da realidade construídas pelos indivíduos que compõem a sociedade distinguem-se em duas classes, da seguinte maneira:

Com efeito, a consciência, que deriva da circunstância total, física e social, só algumas vezes objetiva essa própria circunstância. Noutros casos, a consciência tem como objeto coisas ou aspectos particulares, incluídos nessa circunstância, reflete sobre eles, os conhece e manipula, concebe projetos e anuncia julgamentos de valor a respeito deles, mas não se refere à circunstância toda enquanto tal. É consciência de algo real sem ter consciência do real como tal, isto é, do caráter de realidade possuído por toda coisa ou fato singular. Ora, somente quando é pensamento do existente e simultaneamente pensamento da existência, é que se revela fonte de consciência da comunidade com a significação de fatores da realidade, só neste caso a reflexão cognoscitiva transcende os dados singulares imediatos da realidade para abrangê-las como todo. (VIEIRA PINTO, 1960, p. 26-7).

Como podemos perceber, embora o conhecimento tenha a sua raiz no real, podendo ser amplo e profundo, ele se conserva no âmbito da representação particular.

Mas, ao lado dessas há outras, que são propositadamente anunciadas sobre a comunidade. São representações que, pretendendo retratar o estado da realidade social em forma de juízos gerais, vão constituir o fundamento de muitos atos que o indivíduo executará tendo por objeto a comunidade, no sentido de modificá-la. São ideias vigentes no âmbito da nação e cujo correlato objetivo é a nação. São a sua autoconsciência. (VIEIRA PINTO, 1960, p. 27).

Dessa maneira, a representação coletiva não é resultado do pensamento que parte de uma situação existencial de uma consciência singular que se encontra no seio da sociedade; mas é resultado, sim, da realidade existencial em que a sociedade se encontra. Isto é possível porque tanto a realidade quanto a consciência que a reflete, encontram-se em processo, ou seja, não possuem um determinismo automático, em relação à outra realidade externa, por exemplo, da espoliação estrangeira. Mas, pelo contrário, “o país é o espaço limitado pelas condições materiais com que se defronta”. (VIEIRA PINTO, 1960, p. 29).

A discussão em torno da formação do conteúdo representacional dessas modalidades de consciência analisadas por Vieira Pinto levou em consideração as



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



categorias já mencionadas e desenvolvidas até aqui. De agora em diante, a nossa reflexão pauta-se no entendimento das categorias processo, intencionalidade, práxis, trabalho e finalidade. Para Vieira Pinto, processo implica a passagem de um estado a outro, de tal maneira que, se considerarmos como dado o momento presente, a compatibilidade desse dado está condicionada ao conhecimento da realidade do momento anterior. Isto porque a realidade atual contém tanto o anterior – o passado -, quanto o presente. Não se trata, portanto, da exclusão de um em detrimento do outro, mas de um acontecimento simultâneo no interior da mesma consciência.

Essa perspectiva opõe-se ao modo de pensar linear, ou seja, que compreende e assimila os acontecimentos como sendo sucessivos, de tal maneira que o antigo cede lugar ao novo. Na perspectiva linear, a consciência só aparecerá em detrimento da destruição, do desaparecimento de uma outra, ou seja, a consciência ingênua, ao desaparecer, cederá lugar à consciência crítica. Contrapondo-se a essa visão, Vieira Pinto afirma a dinamicidade e simultaneidade dos acontecimentos no interior da consciência.

A dinamicidade que a consciência capta é reflexo da realidade existencial da sociedade que, também, é processual e histórica. Assim, tanto a realidade quanto a consciência são processuais. Dessa forma, a consciência, ao perceber-se condicionada pelos fatores e condições que a determinam, compreende, por si mesma, que tais condicionamentos são constituídos de uma realidade histórica, ou seja, da historicidade desses condicionamentos e, conseqüentemente, de si mesma. Contudo, segundo Lima Vaz (1978, p. 73) “há uma ambigüidade no que se refere à relação consciência-processo”, em *Consciência e Realidade Nacional*. Esta questão, a nosso ver, foi resolvida por Vieira Pinto (1973) quando apresentou, em *Indicações Metodológicas para a definição do subdesenvolvimento*, a sua compreensão acerca da lógica dialética. Essas considerações foram desenvolvidas quando apresentamos, neste estudo, a categoria subdesenvolvimento.

A consciência não pode, somente, ser entendida enquanto papel crítico que exerce sobre os fatos, mas também como atividade da consciência, ou seja, tanto a capacidade de elaborar uma representação a partir da realidade existencial, dos condicionamentos



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



quanto a capacidade de agir sobre essa mesma realidade. Dessa forma, podemos dizer que para Vieira Pinto (1960, p. 42):

... a consciência não existe à parte do real representado, como se fosse um interveniente estranho, que se superpusesse à realidade para percebê-la de fora, a distância. A relação da subjetividade ao plano real não é a de ligação entre um suposto mundo espiritual e o das coisas materiais, nem a de mera reflexão óptica, como se o objeto real admitisse uma imagem virtual num espelho, mas é a relação de “intencionalidade”.

Para esse autor, o conceito de intencionalidade significa não a dependência do objeto em relação à consciência, mas a dependência dela em face da realidade do mundo exterior. A consciência é sempre consciência de algo, que tende sempre para aquilo que é o seu objeto e seu confronto no momento de representá-lo. A consciência, ao perceber-se como ato de conhecer a realidade do mundo exterior, concebe-se como representação subjetiva de alguma coisa objetiva. Em face desse seu caráter constitutivo, podemos afirmar que há uma correlação da consciência e o seu convívio ininterrupto com a realidade.

No entanto,

... parece-nos indispensável admitir a intencionalidade na consciência social, como fenômeno diverso da simples soma da intencionalidade das representações individuais. Também a sociedade, na sua consciência se define por essa correlação. A percepção social está constantemente tendida para um dado objetivo e se identifica com a elaboração da interpretação desse dado. (VIEIRA PINTO, 1960, p. 44).

Contudo, para que a compreensão da teoria da consciência social seja entendida, devemos partir do exame da intencionalidade da consciência individual para mostrar, em seguida, como se constitui a modalidade coletiva. Daí decorre que a forma de representação oriunda dessa consciência transporá do nível privado para o nível público, a ponto de tornar-se ideologia.

Para que a consciência social apreenda o objeto que a faz tender a ele, Vieira Pinto situa essa consciência como sendo originária de um grupo social ou classe de indivíduos que, a partir da situação existencial concreta, fosse capaz de não somente elaborar uma representação dessa realidade, como também voltar a ela com o intuito de transformá-la. Assim, a intencionalidade da consciência, nesse caso, a conduz sempre a uma ação transformadora da realidade.



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



Nessa perspectiva, a sociedade consciente de si mesma constrói uma representação em relação ao passado, objetivando a sua transformação. Sendo assim, é na ação que a consciência desenvolve a real capacidade de elaborar e de executar um projeto para modificar a sua situação existencial.

A questão da elaboração de um projeto para alterar a situação existencial da nação não surge, segundo Vieira Pinto (1960), “da meditação lógica, do esforço de intuição”, mas do ‘manuseio’ da situação concreta, ou seja, da vivência dos fatos pela incorporação da consciência a eles. Por acreditarmos que a reflexão se dá mediante a ação, dizemos que a consciência crítica não dissocia a teoria da prática. Ou seja, como a prática é a vivência das condições circunstanciais particulares de um país subdesenvolvido, a teoria coexiste com a existência, contudo, a prática impulsiona a teoria e a teoria direciona a prática.

Dessa maneira, podemos dizer que a consciência é determinada pela prática social e mediada pelo trabalho, isso porque o trabalho constitui uma categoria que revela a condição objetiva do homem, ou seja, a sua essência. O trabalho é aqui entendido como sendo tanto uma atividade exercida exteriormente pelo homem, quanto um fator constitutivo da sua natureza. Além disso, o trabalho realiza, progressivamente, a humanização do homem, uma vez que cada um constrói a sua consciência a partir da realidade. Dessa maneira, Vieira Pinto afirma que o trabalho é a essência da práxis.

Com efeito, por ser o trabalho o início da ação transformadora do homem e da sociedade, Vieira Pinto (1960, p. 60-1), nos diz que:

As teorias que ressaltaram o caráter alienador do ser humano, próprio do trabalho exercido em certo tipo de regime político, ou que o fundam no fato de separar o produto do seu criador, são extremamente valiosas e elucidativas de aspectos sociológicos da questão; mas não chegam a ser completa filosofia do trabalho, porque não examinam suficientemente a alteração que a transformação qualitativa do mundo, fazendo-se passar de subdesenvolvimento a desenvolvido, induz na consciência que promove tal transformação.

Ao analisarmos o trabalho, levando em consideração o seu aspecto “amaneirado”, percebemos que essa categoria existencial reveste-se de um caráter transformador, ou seja, constitui-se como sendo a via de acesso à realidade. Para ele, o mundo se abre à consciência e não há outro meio de captar a realidade senão adentrando na sua



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



modalidade, na sua dinamicidade. O meio para realizar a união do homem com o mundo é a ação.

Diante disso, Vieira Pinto define a categoria trabalho tanto como prática social, por constituir-se em ação modificadora direta sobre a natureza material, quanto por plano social, por realizar ações configuradoras no plano das relações pela produção de ideias. Por isso, dizia, ainda, que o trabalho se constitui como sendo a única forma de adequarmos o pensamento à realidade material, por se processar mediante a o ato transformador do homem. Em decorrência disso, afirma que é o trabalho que se origina da consciência autêntica, que por sua vez gera a consciência da ideologia do desenvolvimento nacional — das massas populares.

Assim, terminadas as análises dos comportamentos individuais que decorrem das diferentes necessidades de consciência, passamos, agora, a apresentar as diferenças e similitudes que há entre a consciência ingênua e a consciência crítica. De antemão, Vieira Pinto esclarece que nenhum indivíduo se assenta precisamente dentro de uma ou de outra, isso porque os traços, no modo de pensar e agir, entrecruzam-se, perpassam-se. Contudo, ambas possuem feições próprias. De acordo com Vieira Pinto, (1960, p. 159), essas duas abordagens acerca da consciência constituem dois paradigmas de interpretação acerca da consciência que se desenvolve e forma a consciência social da nação”. Passemos, então, a analisá-los.

A análise da constituição da consciência está situada no âmbito dos condicionamentos e fatores da realidade. Esses condicionamentos compõem a realidade, a circunstância em que as diversas consciências individuais se encontram. Assim, a dimensão desses condicionamentos e fatos se tornam a realidade objetiva quando é entendida a partir de uma situação existencial, objetiva, concreta, processual, intencional. Dessa maneira, a consciência, imersa nessa realidade, constitui-se como objetiva, por ser reflexo dessa mesma realidade.

Contudo, o caráter condicionador da realidade sobrea a consciência não é total, uma vez que a consciência tende a algo, busca sempre uma finalidade, o que a caracteriza como sendo insatisfeita, incompleta diante da realidade em que se encontra, portanto, é isso que a caracteriza como sendo transformadora da realidade por meio da



PIRES, L. F. R.



práxis. Esse fato coloca tanto a realidade quanto a consciência em uma situação existencial diferente da anterior.

A problemática em torno da consciência teve como ponto referencial uma realidade que se encontra em processo, e a consciência também se encontra imersa nessa situação, que é dinâmica e processual. Daí, a nossa dificuldade em precisar a consciência ingênua, visto que se concebe como estando separada da realidade em que se encontra.

A consciência ingênua, por formular uma representação da realidade e emitir um juízo de valor que seja válido para todos, a partir da sua realidade, não percebe o outro como capaz e em condições de elaborar uma representação da realidade para si mesmo; ela somente percebe o outro a partir do seu modo de pensar.

A sua maneira de proceder não lhe permite compreender a sua realidade e o conjunto de condições que a afetam, visto que são “sempre limitadas e locais, que afetam o indivíduo e a realidade em toda a sua extensão e complexidade”. (VIEIRA PINTO, 1960, p. 163). Dessa maneira, as formas de representações elaboradas por essa consciência têm como referencial o seu próprio mundo, o que a caracteriza como fechada e reduzida.

A análise de Vieira Pinto centra-se numa consciência ingênua, que se encontra separada da realidade, o que a caracteriza como sendo, estritamente, individual, nesse ponto, ele assume um posicionamento não idealista. Ao perceber uma ‘nova’ época, uma possibilidade de transformação da realidade brasileira, ele não separa a consciência dos seus condicionamentos existenciais, objetivos, concretos e processuais. Para ele, a consciência encontra-se imersa na realidade social, o que a caracteriza como histórica e transformadora da realidade que vivencia.

A consciência ingênua, ‘progressivamente’, diferencia o sujeito do objeto. Vieira Pinto diz que ela não tem consciência dos fatores e condicionamentos que a determinam e, por julgar-se incondicionada e destacada do processo histórico, apresenta-se, de maneira simples, destemida e arrogante.

Essa consciência não se angustia diante da realidade situacional do país, tampouco se confronta com os dados que lhes são fornecidos. Isso porque concebe a realidade como sendo fixa e detectável, situando seus dados da realidade no âmbito da verificação, da constatação do que é e não do que pode vir a ser. Por meio dessa análise, percebemos que a consciência ingênua não (co) habita com a realidade em



PIRES, L. F. R.



processo. A consciência ingênua, portanto, não questiona, apenas transplanta as categorias de análise de uma realidade a outra.

Nesse sentido, dizemos que ela não leva em consideração os diferentes fatores de condicionamentos da realidade de cada país. A sua análise, diante da realidade, é simétrica e não dialética, levando-a a agir de forma a adequar a realidade à sua concepção de mundo, que compreende a realidade como sendo estática. Agindo assim, a consciência ingênua não consegue perceber que a concepção de mundo pode ser modificada a partir da realidade. Assim, não percebe a realidade como constituída de múltiplos aspectos, mas a situa a partir de sua própria perspectiva, ou seja, “ao fechar em si mesma constitui-se em ‘causa sui’” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 164).

O indivíduo é concebido por essa consciência como sendo inoperante. A realidade para essa consciência não é transformada pela ação do homem sobre a realidade em que se encontra, mas toda a realidade, até mesmo a social, possui um curso ‘natural’. Além disso, ela recusa o ‘novo’, pois busca a conservação dos fatos e da posição social. Por se constituir a única fonte de entendimento da realidade, ela se põe como absoluta — fechada em si mesma — não concebe o diálogo como ‘condição existencial da realidade humana’, do qual necessita para fazer-se a si mesma.

Nesse sentido:

O diálogo não pode ser exercício, imaginário, a que o espírito se dedique para adestrar-se ou simplesmente para provar a sua vontade em presença de um adversário fictício; tem de ser um drama concreto, travado entre existências que ocupam posições distintas no espaço social, antagônicas em virtude de razões que afetam existencialmente uma e outra. (VIEIRA PINTO, 1960, p. 189).

A consciência ingênua, por recusar o diálogo como forma de entendimento da realidade a partir dos dramas que ela suscita, não possui disposição para entender o outro, nem a realidade dos dramas que o circunda. Ela compreende, com isso, parte de si mesma. O aspecto de “fechada em si mesma”, a caracteriza como conservadora. Dessa maneira, ao se distinguir como não comunicável, ela inviabiliza todo e qualquer projeto democrático nascente, no “novo” tempo que se apresenta.

Em seguida, apresentaremos algumas das qualidades que, para Vieira Pinto, compõem essa consciência, mas não as desenvolveremos. São elas: caráter sensitivo, caráter impressionista, condicionamento pelo âmbito individual, absolutização da sua



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



posição, incoerência lógica, irascibilidade, incapacidade de dialogar, ausência de compreensão unitária, incapacidade de atuação ordenada, moralismo, idealização dos dados concretos, apelo à violência, desprezo pelas massas, culto do herói salvador, messianismo da revolução, admissão da existência de problema supremo, coisificação das ideias, maledicência e precipitação de julgamento, desprezo pela liberdade, culto ao bom-senso, pessimismo, ufanismo, saudosismo etc.. Passemos, agora, à análise do que vem a ser a consciência crítica.

Ao contrário da compreensão da consciência ingênua, a consciência crítica apresenta-se dentro do campo possível, ou seja, vê a possibilidade de emergir o “novo” por meio da transformação do ‘velho’. O surgimento do ‘novo’ não significa a destruição do “velho”, mas a convivência com ambas as posturas, uma vez que o velho não é nem o novo nem vice-versa. Assim, podemos dizer que essa modalidade de consciência se explicará tendo em vista o movimento em curso da realidade.

A consciência crítica, por compreender a realidade no âmbito da totalidade e da objetividade, responderá aos desafios que essa realidade lhe propõe. Compreendemos que a realidade é processo, encontra-se em constante movimento — cambiando entre o ser e o não ser, ou seja, encontra-se situada no campo do vir a ser, sendo. A consciência crítica vai se tornando capaz de superar os diversos condicionamentos que a realidade objetiva apresenta em busca de sua libertação.

A passagem da consciência ingênua para a consciência crítica se realiza a partir de uma visão da realidade que permite o conflito, a crise como meio de transformação do estado em que se encontra em outro novo. Na efetivação dessa passagem, o que era antes tido como velho encontra-se contido, subsumido no limiar do novo. Assim, como não há um novo em si, não há um velho em si. Dessa maneira, a negação do não ser (consciência ingênua) constitui-se, também, na afirmação do ser (consciência crítica.).

Nessa perspectiva, a negação do outro passa pelo reconhecimento desses outros, enquanto algo diferente de mim, e que, portanto, limita o meu eu, impulsionando-o a ser o que ele não é, ou seja, fruto do pensamento do outro. À medida que a consciência crítica se percebe diante da realidade objetiva, ela reconhece o seu limite, mediante os condicionamentos e, simultaneamente, relativista à sua capacidade de elaborar, por si mesma, uma compreensão da realidade em que está inserida, isso porque a realidade é



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



compreendida como processo. Para refletir o existente, ela se abre a novas possibilidades, tanto da realidade que a condiciona, quanto de si mesma. Assim, a objetividade torna-se um elemento importante na constituição da consciência crítica, que sabe refletir acerca do mundo existente, enquanto algo que necessita ser modificado, transformado. Essa consciência, para Vieira Pinto (1960b, p. 16), “não vê a realidade externa como exclusivo objeto de representação, mas espaço concreto”. A realidade, para essa consciência, não se torna objeto de conhecimento, simplesmente, mas um campo de ação e de transformação da mesma.

O movimento é elemento que caracteriza e deferência a consciência crítica da consciência ingênua. Esse é um caráter que a define. Para melhor compreendê-lo, vejamos como Vieira Pinto (1960b, p. 519) o situa no âmbito da consciência crítica:

“a consciência crítica” é percepção de si mesmo e se descobre, por análise, em três componentes: em primeiro lugar, representa em ideia algo existente fora dela, o dado objetivo, o estado da realidade, que lhe compete captar e refletir, tendo ciência de estar produzindo em si o reflexo da existência das coisas; ademais, investiga os condicionamentos concretos que a movem a operar a apreensão de determinado aspecto real; e, por fim, é também representação das ideias gerais ou categoriais que elaboram para si, ao contato com a experiência, e que lhe servem de conceitos máximos para apreciar os fatos e as normas de ação para os comportamentos a que se decide.

Primeiramente, a consciência crítica pergunta de si para em seguida compreender-se como elemento constitutivo da realidade da nação, e se descobre enquanto ideia geral, ou seja, como representação dessa realidade. Isso porque as ideias que a concebem são as mesmas que compõem a realidade da sociedade. Por esse motivo, a consciência crítica encontra-se situada no âmbito da prática social e participante da situação objetiva quando investiga os condicionamentos de si mesma e da sociedade. A partir daí, ela relaciona as diversas atividades que a envolve e acompanha o movimento da realidade sem nunca esgotá-lo. Assim, ela se concebe como produto das representações das categorias que elabora para si. Com isso, ela supera a perspectiva da parcialidade dos fatos, colocando-se na perspectiva da totalidade.

Dessa maneira:

... a consciência crítica da realidade nacional é requisito imprescindível para a renovação que venha arrancar o país do estado de subdesenvolvimento econômico. Mas, é seguro também que essa só ocorrerá pela constituição de uma ideologia que, veiculada às massas, por



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



elas compreendidas e incorporada, desencadeie um movimento social, de que o aspecto econômico é apenas um setor, que termina por fazer a comunidade ascender a outro plano de existência histórica. Nisso consiste a revolução nacional. (VIEIRA PINTO, 1960b), p. 94).

Para que isso ocorra, a forma de compreensão da realidade não pode ser entendida a partir de um processo linear, positivo, entendido dentro da lógica positivista onde a sucessão dos fatos se dá pela superação dos anteriores — nessa perspectiva, o último estágio elimina por completo os anteriores —, mas apresentamos o verbo suprasumir para designar que o último estágio de uma consciência ou da realidade não elimina os anteriores, visto que a consciência, na medida em que é dependência do mundo; e o mundo a consciência referência para a consciência, na medida em que é interrogada, leva à transformação da realidade social. Podemos dizer, ainda, que a a consciência crítica não é inata, pois tem seu desenvolvimento no existir e na práxis social. Não é posta por decreto divino, mas é processada a partir da existência social acumulada por um grupo humano, quando indagado sobre determinada realidade. Esta consciência está posta da transitoriedade, quando atingimos graus diferentes de desenvolvimento, a consciência assume outras feições. Dessa maneira, a consciência crítica está situada no campo do possível por vir. Mudando a realidade, ela também se modifica. No entanto, para que ocorra essa mudança é preciso que haja não somente transformações nos fundamentos econômicos da nossa realidade, mas também na postura política que alterará a atual circunstância do nosso cotidiano que, por sua vez, capacitar-nos-á para estabelecermos um relacionamento diferente nos âmbitos interno e externo da nossa sociedade.

A concepção de educação e a ideologia do desenvolvimento nacional

Vieira Pinto, em suas obras, vincula a educação à ideologia do desenvolvimento nacional, visto que, para ele, a importância social da educação das massas populares caracterizar-se-á quando esta se tornar, simultaneamente, uma das formas de divulgação da ideologia do desenvolvimento nacional. Nesse sentido:

...é indispensável acolhê-la, para integrar o nosso tema. Do que precede, ressalta que a ideologia do desenvolvimento não é doação feita à classes populares, para que cada um a absorva na medida da sua capacidade; ao



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



contrário, é transmutação que se opera na intimidade do 'homem em situação', e de que resulta a clarificação conceitual da representação que faz do seu status social e da sua evolução histórica. É processo imanente, mas admite a aceleração por influência exterior. Isto é que constitui a noção social de educação. (VIERA PINTO, 1956, p. 49).

A educação, para Álvaro Vieira Pinto, deveria ser promoção das massas populares, que precisam construir o seu modo de pensar por si mesmas, já que têm capacidade para isso. A educação, por constituir-se como processo, realiza, no interior do homem em situação, a transformação do seu ser. Ao fazer isso, o homem toma consciência da sua situação, da sua posição social em que vive, e atua sobre ela com o intuito de transformá-la.

Lembremo-nos de que o homem em-situação está circunscrito num campo que, em parte, o determina culturalmente, o que só é percebido quando esse homem constrói para si representações do seu estado existencial. Esse processo de construção das representações, ao realizar-se no campo da vivência, colabora para que o homem a perceba, no sentido de que tanto a realidade social, como também ele — o homem — modifiquem-se. Dessa maneira, ele se concebe como ser em formação, ligado ao processo histórico e social do seu país.

Em decorrência disso, podemos dizer que a formação do homem, na perspectiva histórica, social e cultural, se processa-se no âmbito de uma determinada comunidade. Essa comunidade é tanto produto das relações do homem em sociedade, como também condicionante dessa mesma relação; não há produção humana sem um condicionamento dessa produção e vice-versa. É na esfera onde se processam as relações sociais, ou seja, na sociedade, que o homem se faz e se refaz. A sociedade, ao ser produzida a partir dessas relações sociais, desenvolve, no percurso de sua construção, de seu desenvolvimento, uma herança cultural e histórica que condiciona as ações do homem que nela nasce e daqueles que irão nascer. A essa herança cultural e histórica, Vieira Pinto (1960, p. 18), denominou de consciência comunitária, pois:

A cada momento do processo histórico a sociedade, por seus diversos grupos sociais, produz coletivamente várias imagens de sua existência e tais representações é que irão determinar os julgamentos sobre os fatos, os projetos de ação e as ideias que a comunidade adotará.

É no interior de uma comunidade que o homem se realiza não somente como ser social, mas também como ser portador de sociabilidade e de cultura. Assim, a
ISSN: 2359-1064. Revista Iniciação & Formação Docente (online) 2021; 8 (3): 607-617



PIRES, L. F. R.



comunidade da qual este homem participa, não pode ser vista como estática, mas como dinâmica, pois a ação dos homens em uma determinada sociedade determina essa dinamicidade. A ação do homem, por ser transformadora e conservadora da realidade em que está situado, imprime nele e na comunidade, uma nova dimensão — a de dinamicidade.

Nesse sentido, para Vieira Pinto, as aspirações, os projetos gestados pelo homem no interior de uma comunidade expressam percepções diferentes da realidade que as determina. No dizer de Álvaro Vieira Pinto, as percepções e representações da realidade de uma comunidade são expressas por duas modalidades diferentes de consciência: a ingênua e a crítica, que já foram mencionadas e desenvolvidas anteriormente. É daqui que se originam, para essa comunidade/nação, projetos de desenvolvimento que possuem objetivos e finalidade diferentes entre si.

Passemos a evidenciar as feições dos projetos educacionais dessas modalidades de consciência, enfatizando a concepção de educação defendida por Vieira Pinto.

Para desenvolvermos essa questão, apresentaremos a concepção e a finalidade dessas duas perspectivas de educação — a popular e a da elite. Vieira Pinto, ao apresentar a sua primeira tese acerca da finalidade da educação popular na sociedade desenvolvida como a nossa, diz que:

Uma teoria da educação deverá surgir, cuja tarefa inicial será a de definir que tipo de homem deseja formar para promover o desenvolvimento do país. Em função desse objetivo, deverão ser revistos os atuais esquemas educacionais, a fim de que, sem abandonar o que seja aconselhável manter a tradição, se concentrarem os esforços pedagógicos na criação de nova mentalidade. As gerações em crescimento deverão ser preparadas para a compreensão do seu papel histórico em, na transição de fase por que está passando o mundo brasileiro, capacitando-se das suas responsabilidades nesse processo. É tarefa imensa a programação desse setor da ideologia do desenvolvimento... Apresenta-se, assim, a educação como aspecto capital da teoria do desenvolvimento (VIEIRA PINTO, 1956, p. 49-50).

A educação, por se constituir parte essencial do projeto de desenvolvimento nacional da feição popular, origina-se da realidade concreta, da vivência das massas populares e torna-se, portanto, representação da consciência popular. É nessa perspectiva que a educação, para Vieira Pinto, possui, num primeiro momento, a tarefa de formar um tipo de homem que não só pensa o processo de desenvolvimento nacional,



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



mas também o elabora a partir de que sua consciência social do país se efetiva, simultaneamente, a partir de uma mudança na mensalidade dos homens frente a uma realidade objetiva e concreta. A mudança na mentalidade não se processa anterior ou posteriormente à alteração da estrutura social, ela se dá no decorrer dessa transformação social.

A preparação das gerações em crescimento se faz durante o processo de transição porque está passando o país, visto que as massas populares são, no dizer de Vieira Pinto, as únicas capazes de elaborar e levar a cabo a ideologia do desenvolvimento nacional. A educação, portanto, não é um projeto à parte desse processo, ao contrário, se processo imanente a ele, tendo como finalidade divulgar e promover a formação do homem em sociedade.

Contudo, os intelectuais, representantes da elite brasileira, assumiram as mesmas ideias dos pensadores dos países metropolitanos acerca das condições dos países pobres e subdesenvolvidos, dizendo que esse estado revelaria sua carência de educação. Essa visão foi expressa por Vieira Pinto (1960b, p. 379-80) da seguinte maneira:

Assim sendo, mais do que modificar os termos do intercâmbio econômico, o que importa em primeiro lugar é educar as massas ignorantes dos países estagnados. O que lhes falta é, como efeito, educação, esta é a necessidade capital, porquanto só depois de adquirirem lhes será possível cuidar convenientemente das graves questões materiais que as afetam...

Ao apontar a educação como sendo o resultados dos males da sociedade, a elite e os pensadores dos países dominantes camuflam a real situação de atraso do país, pois as manifestações populares eram, para esses intelectuais, frutos da 'incompreensão' e da 'ignorância', da ausência de educação. Essa postura, segundo Vieira Pinto, justifica-se porque os intelectuais dos países subdesenvolvidos seriam os 'menos aptos' a entenderem o pensamento emergente das massas populares, e, ao mesmo tempo, eram os personagens mais dóceis às influências externas, assumindo, conseqüentemente, o projeto de educação alheio. A elite intelectual brasileira, ao agir assim, concebia a educação como "sendo privilégio de uma minoria dominante" e expressava "naturalmente as ideias desta" e visava "a reproduzir membros do grupo superior, tais como são naturalmente". (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 381).



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



Esse posicionamento da elite brasileira é reflexo da cultura exterior isto é, da sociedade que ela tem como modelo. Contudo, ao fazer isso, os seus representantes, segundo Vieira Pinto, legitimavam a a forma como a sociedade se encontrava: dividida em classes opostas. A educação originada desses modelo de sociedade não garantia a formação de todos os membros da mesma, de forma igual, visto que, nela, para Vieira Pinto (1982, p.32):

não há interesse nem possibilidade de formar indivíduos iguais, mas se busca **manter a desigualdade social presente**. Por isso, em tais sociedades, *a educação pelo saber letrado* é sempre privilégio de um grupo ou classe, no sentido que se segue:

- somente esse grupo tem assegurado o direito (real, concreto) de saber (p.ex., alfabetização);
- somente membros desse grupo se especializam na tarefa de educar;
- somente esse grupo tem o direito e o poder de *legislar* sobre a educação, ou seja, de definir aquilo em que deve consistir a educação institucionalizada, escolarizada (Grifo nosso).

A educação que a elite almejava manter no Brasil, segundo esse autor, além de legislar e reforçar o status quo, era projetada a partir de uma imagem, do reflexo da realidade exterior desse país. Portanto, não partia das aspirações da sua realidade concreta, existencial. Essa forma de educação seria, por princípio e finalidade, excludente.

As concepções e as finalidades de educação da elite e da popular são antagônicas, por três motivos, a saber:

a) Enquanto a primeira busca 'imitar', transplantar da realidade do país desenvolvido a concepção de educação, visando garantir a participação de uma minoria dessa população no processo educativo do país, sendo, portanto, um meio de reproduzir a desigualdade existente na sociedade, a segunda parte da realidade concreta, levando em consideração o estado vivencial do país e da maioria da população — as massas populares.

b) Enquanto a primeira, de cunho conservador, sendo vista como um projeto que perpetua a elite no poder, a segunda, nos moldes populares, é, para Vieira Pinto, parte essencial do processo de desenvolvimento nacional, objetivando a transformação da realidade do país subdesenvolvido.



PIRES, L. F. R.



c) Enquanto a primeira concebe a educação a partir dos ‘bancos’ escolares e a restringe às fases infantil e juvenil da vida do ser humano, a segunda enfatiza que a educação diz respeito ao percurso da existência humana em uma dada sociedade e que não se processa somente no espaço escolar, mas também na vida, na vivência; isso porque a sociedade, segundo Vieira Pinto (1982, p. 30): “atua constantemente sobre o desenvolvimento do ser humano, com o intuito de integrá-lo ao modo de ser social”, pois a situação que circunscreve a vida dele:

é também um processo pedagógico, dotado de formidável poder de produzir e de ensinar ideias. É tão educativo quanto a escola, ou antes, mais educativo ainda, porque dele não há evasão, não há dificuldade em aprender as suas lições, que penetram na vivência, nele não há férias, porque é o sofrimento de cada dia. (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 381).

Ao apresentar, dessa maneira, como se processa a educação na sociedade subdesenvolvida, evidenciou a existência de um duplo processo pedagógico divergente no seu interior. O primeiro, caracteriza “a escola, distanciada da realidade, inapta a exprimir e transmitir a consciência social útil” à sociedade, e, em contrapartida, a segunda admite que “a realidade, sempre presente, rica de experiências pungentes, de lições sem palavras, formadora da outra espécie de consciência e constituindo o pensamento de consideráveis contingentes da comunidade”. (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 381).

As divergências entre esses processos pedagógicos se acentuam ainda mais quando os intelectuais, representantes da elite, não reconhecem que:

O erro fundamental da pedagogia erudita e simplista dos nossos pedagogos oficiais está em supor que tem por objeto indivíduos não educados, num grau nulo de conhecimento e de educação, o analfabeto adulto ou a criança em via de se alfabetizar pelo regime de trabalho a que será obrigada. Na verdade, porém, tais indivíduos estão em posse de uma educação suficiente para as condições de vida que levam, e portanto se quisermos alterar-lhes a educação, o que se há de fazer não é simplesmente infundir-lhes conhecimentos, mas transformar-lhes as circunstâncias gerais da vida, o modo de trabalho, para que em nova situação tenham necessidade de saber que a instrução superior lhes deve conferir. (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 183).

A formação do homem proposta por esses intelectuais, representantes da elite brasileira, processava-se pela imitação da cultura dos países dominantes. Esses países, de acordo com Vieira Pinto, seriam, para a nossa elite, os portadores, os guardiões da cultura e do conhecimento que, na visão dela, deveríamos imitar. Em contrapartida, Vieira Pinto, afirmava que as massas populares, ao constituírem-se como portadoras e



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



fomentadoras da ideologia do desenvolvimento nacional, explicitam que a formação do homem processa-se mediante os desafios que a realidade suscita. Dentro dessa perspectiva, cabe ao homem, em situação e em processo de formação, transformar a realidade e fazer sucumbir o estado de opressão em que se encontra. Para Vieira Pinto, o meio que as massas populares têm para sair dessa condição, seria levar a cabo o projeto de desenvolvimento nacional, que elas próprias devem formular.

A formação do homem, para esse autor, processava-se a partir de uma realidade concreta em que ele se encontrava, pois é o homem em-situação que tem para si a clareza dos obstáculos que a condição histórica de subdesenvolvimento lhe impõe. Os homens que configuram a face das massas populares, segundo Vieira Pinto, por se conceberem nessa situação, têm a consciência do seu estado e, procuravam, por meio de sua ação, transformar essa realidade. A realidade em que esses homens se encontram, comunicava-lhes a sua condição, o seu estado. A partir de então, eles elaboram os seus projetos de intervenção nessa realidade, partindo dos conteúdos que ela própria suscita. Assim, a compreensão da situação das massas populares só pode ser percebida pelo intelectual, pelo pedagogo, pelo educador que estiverem ligados à realidade, ou seja, atentos às lições que ela nos transmite.

Nesse caso, pode-se dizer que as massas populares formam a sua concepção de mundo a partir de sua vivência — no seu cotidiano.

Dessa forma, para Vieira Pinto (1982), p. 54) “É imprescindível que o educador se converta à sua realidade, seja antes de tudo do seu próprio povo, ou melhor, das camadas populares de sua nação. Aceitar ‘ser do’ país é o primeiro passo para compreender e ‘ser’ do país” (Grifo nosso); ou seja, a tarefa da promoção da transformação social não realiza-se por um educador que seja descomprometido com a realidade do seu país e com o seu povo. É condição indispensável para discutir sobre a educação e os seus rumos do desenvolvimento nacional ‘ser do’ país e compreendê-lo a partir do estado em que se encontra, ou seja, subdesenvolvido. Contudo, o estado da nação não indica a determinação do seu ser, mas a possibilidade de transformação do estado atual em outro novo, de desenvolvimento.

Percebemos, então, que as massas populares, ao almejarem sair da situação em que se encontram, segundo Vieira Pinto, devem lutar em favor de seus direitos sociais, do



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



aumento da capacidade produtiva da nação, para que a independência do país se concretize. Com isso, as massas populares devem lutar contra a alienação internacional do trabalho. Ao fazerem isso, elas buscarão ampliar a sua participação nas decisões políticas do país, com o intuito de alterar a sua realidade e, conseqüentemente, dar outra dimensão à formação do homem em situação.

É na relação que se processa entre o homem e o mundo em que vive e vice-versa, que podemos inferir que a educação não é simples transmissão, doação de conhecimento que se transmite de uma consciência ilimitada, esclarecida a uma consciência inculta, ignorante. Vieira Pinto (1960b, p. 446-447) sobre o analfabeto, diz que este é:

Um homem privado da capacidade de ler e da necessidade de ler. É o indivíduo que, no seu modo de vida, nada tem a fazer com a leitura, não precisa das informações que o livro ou o jornal lhe facultariam, porque os que verdadeiramente lhe interessam, essas lhe chegam por outras vias de comunicação do saber.

Acerca dessa questão, destacamos que o MEB, a UNE, a JUC, a AP e o MEP, nos anos 50 e 60 do século passado, participaram das campanhas oficiais de “erradicação” do analfabetismo. É sabido que esses movimentos foram fundamentais para o processo de democratização do nosso país e no que diz respeito às denúncias do estado em que se encontrava. Contudo, quanto ao analfabetismo, o estudante ligado à UNE e ao MEB, dentre outros movimentos, ao oferecer, primeiramente, a educação letrada aos analfabetos, não percebeu que a condição de analfabeto relacionava-se diretamente com a de subdesenvolvimento do país. Para Vieira Pinto, a alteração da condição do analfabeto residia na passagem do estado de subdesenvolvimento ao de desenvolvimento. A educação não poderia, para este autor, anteceder o processo de desenvolvimento, pois a luta contra o subdesenvolvimento já alteraria a consciência dos analfabetos, uma vez que o analfabetismo foi visto, por Vieira Pinto, como reflexo do subdesenvolvimento. Essa ingenuidade foi expressa por Vieira Pinto (1960b, p. 447-48) da seguinte maneira:

Afora os erros doutrinários em que incidem, explicáveis pelos preconceitos e interesses das classes que promulgaram o texto legal, incorrem também na cegueira sociológica de não reconhecer o papel decisivo a ser desempenhado pelos analfabetos votantes na superação do próprio analfabetismo, no dia em que forem dotados do direito de eleger os seus representantes. Estes não serão nem melhores nem piores que os mais representantes das camadas oficialmente alfabetizadas, mas de certo



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



exercício do dever cívico pelas massas letradas constituirá fator de rápida superação do seu estado de incultura.

O autor não negou que o processo educativo daria-se por meio do encontro em duas consciências no ato da aprendizagem, visto que a educação também “é uma transmissão de uma consciência a outra”, isto é, “de uma coisa que um já possui e o outro ainda não”. Contudo, o processo educativo não se faria mediante a entrega de “embrulho de uma pessoa para outra”, pelo contrário, este seria um processo que visava a “possibilitar uma modificação” na maneira como essa outra pessoa “está capacitada para receber embrulhos” (VIEIRA PINTO, 1982, p. 21-2).

Segundo Vieira Pinto, a condição de analfabeto em que a grande maioria da população encontra-se, não poderia ser vista como a falta de condições para uma pessoa votar, tomar decisões políticas. Todos encontram-se em condições de decidir pelo voto os rumos políticos da nação em que viviam. Para ele, a alfabetização não se processava antes da alteração da situação social, política e econômica em que o analfabeto encontrava-se.

Em decorrência disso, esse autor assinala que o processo de alteração da consciência do país seria acompanhado pela transformação qualitativa da consciência nacional. Isto porque essa consciência estava em relação dialética com as modificações objetivas da realidade, pois:

de um lado, é produzida pelo grau de apropriação do real por parte da comunidade, para seu benefício, mas por outro, o domínio da realidade depende da percepção que a consciência social tem do estado da realidade e da lógica dos acontecimentos. Quando falamos de consciência em geral, dizemos sempre a da comunidade em conjunto, portanto, predominantemente a consciência das massas, e não de uma suposta elite minoritária de dirigentes e proprietários. Logo, a educação, consistindo no processo pelo qual se expande e multiplica a consciência social útil, tem de ser fundamentalmente popular. (VIEIRA PINTO, 1960b, p.502).

Dessa maneira, ele definiu a educação como sendo popular e sem privilégio de uma elite. Portanto, a tarefa de pensar essa nova forma de educação não poderia ser confiada aos “pedagogos oficiais” que, para Vieira Pinto ((1960b, p. 503) eram “personagens ausentes do processo histórico social”, visto que trasladavam as ideias dos países centrais para os da periferia sem nenhuma crítica a essas ideias, e procuravam



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



adaptá-las à nossa realidade social que era completamente diferente daquela de onde elas originaram-se.

A forma de educação que o país em processo de desenvolvimento “necessita é assunto eminentemente político”, deveria ser definida a partir de uma “teoria sociológica do processo nacional, pelos representantes políticos da consciência comunitária” (VIEIRA PINTO, 1960b, p.503), pois, para Vieira Pinto, até hoje, na história da humanidade, nenhum grupo de privilegiados, abriu mão de seus privilégios em benefício de um outro grupo. Dessa forma:

A função proveitosa que a universidade deve desempenhar terá de lhe ser imposta de fora para dentro, pelas forças políticas, particularmente as massas trabalhadoras organizadas, que, ao impulsionar a alteração da sociedade, a transformação em órgão cooperante ao desenvolvimento do país. (VIEIRA PINTO, 1969b, p. 503).

De acordo com a sua perspectiva, as instituições educacionais do país — escolas e universidades — não se encontram desconexas da consciência das classes sociais que legislavam sobre a educação. A educação ministrada nessas instituições seria fruto daquilo que as classes dirigentes desejariam formar. Por isso, é que:

não há educação, em “**caráter abstrato**”, a não ser na fala dos publicistas simplórios. Há sempre “**uma educação**”, aquela que concretamente se cumpre no âmbito social, por serem tais as condições de seu exercício e as ideias que a orientam (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 504, grifo nosso).

Na verdade, o que Vieira Pinto perseguia era a substituição dessa forma de educação — a que mantinha o privilégio de uma minoria da população — por uma outra, que expressasse a vontade da maioria, ou seja, das massas populares. As ideias das massas populares, ao serem originadas a partir de sua situação social, do estado de subdesenvolvimento, expressaria a única representação da vontade da maioria, pois, além de popular, seria uma educação democrática. O caráter popular e democrática da sua concepção de educação, vinculada à ideologia do desenvolvimento nacional.

Considerações finais

Diante do exposto, pode-se afirmar que Vieira Pinto apresenta uma solução original para o desenvolvimento da sociedade brasileira, a saber: a criação de um projeto de



PIRES, L. F. R.

Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



desenvolvimento nacional acoplado ao de educação, e esses devem ser expressões de um de um projeto político.

A transformação da realidade nacional possibilita a criação de novas demandas tecnológicas, tais como a criação de artefatos tecnológicos para desenvolver e ampliar o processo produtivo de setores estratégicos da economia, como nas áreas agrícolas, na saúde, no transporte público, na segurança pública, no desenvolvimento da soberania nacional.

A educação deve acompanhar o projeto de desenvolvimento nacional porque ela é a fonte criadora de ideias e de propostas concretas. Sem um projeto de desenvolvimento, que visa à autonomia nacional, a educação ou será reprodutora do sistema de desigualdade social, ou será uma educação abstrata sem uma aplicabilidade prática, de transformação das condições sociais existentes, por isso, a necessidade de retornar ao pensamento desse autor para pensarmos a realidade em que vivemos.

Referências

VAZ, Henrique C. Consciência e realidade nacional. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. v.4, p. 68-81.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional** – consciência ingênua. Rio de Janeiro: ISEB/ MEC, 1960.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional** – consciência crítica. Rio de Janeiro: ISEB/ MEC, 1960b.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. 2 edição. Rio de Janeiro: ISEB/ MEC, 1956.

VIEIRA PINTO, Álvaro. Indicações metodológicas para a definição do desenvolvimento. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, MG: Universidade de Minas Gerais, III (2): 252-79, jul. 1963.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre educação de adultos**. 8 edição. São Paulo: Cortez, 1982.



Revista Iniciação & Formação Docente
V. 8 n. 3 – 2021
ISSN: 2359-1064



PIRES, L. F. R.

Como citar este artigo (ABNT)

PIRES, L. F. R. **Álvaro Vieira Pinto: consciência, realidade nacional e educação.** Revista Iniciação & Formação Docente, Uberaba, MG, v. 8, n. 3, p. XXX-XXX, 2021. Disponível em: <inserir link de acesso>. Acesso em: inserir dia, mês e ano de acesso. DOI: inserir link do DOI.

Como citar este artigo (APA)

PIRES, L. F. R. (2021) **Álvaro Vieira Pinto: consciência, realidade nacional e educação.** Revista Iniciação & Formação Docente, X(X), XXX-XXX. Recuperado em: inserir dia, mês e ano de acesso de inserir link de acesso. DOI: inserir link do DOI.